SUMÁRIO

1

PARÂMETROS PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 33

Stela Hühne Porto

1. Introdução 33
2. Parâmetros para a celebração de acordos 35
   - 2.1. Procedimento para a celebração de acordos 35
   - 2.2. Conteúdo do acordo ou compromisso 47
   - 2.3. Fiscalização e monitoramento do cumprimento do acordo 50
3. Conclusão 51

Referências 51

2

ACORDOS ADMINISTRATIVOS E A ANÁLISE DE VANTAJOSIDADE AO INTERESSE PÚBLICO 57

Fernanda Schuhli Bourges

1. Reinterpretação do interesse público e sua indisponibilidade 58
2. A análise de vantajosidade dos acordos administrativos 61
3. Acordo estruturante envolvendo a Comunidade tradicional Avá-Guarani, no Estado do Paraná e a Hidrelétrica Itaipu 67
4. Acordo estruturante envolvendo alterações contratuais e reequilíbrio econômico-financeiro de obras rodoviárias no Paraná – acesso à 2a Ponte Brasil-Paraguai 69
5. Considerações finais 72

Referências 72

3
O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA NEGOCIAL PÚBLICA 75

Renato Toledo

1. Introdução: os dilemas da autonomia da vontade no direito administrativo... 75
2. A versão fraca: a autonomia negocial pública como competência implícita para produção de efeitos jurídicos pela via do negócio jurídico 77
3. A versão forte: a autonomia negocial pública como habilitação para criação de relações convencionais ou para conformação dos efeitos jurídicos na estrutura negocial sem efeitos jurídicos predeterminados..... 81
   - 3.1. O regime de tipicidade fechada e o insucesso do caso italiano 87
   - 3.2. O regime de atipicidade e as novas fronteiras da autonomia negocial pública 90
   - 3.3. O caráter não excludente dos regimes e os posturados interpretativos da versão forte da autonomia negocial..... 94
4. Conclusões 95

   Referências 96

4
DIMENSÃO SOCIAL DOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS: O CONSENSUALISMO EM PROVEITO DA SOCIEDADE 99

Clara Rachel Barros Nitão e Flávia Corrêa Azeredo de Freitas

1. Motivação do acordo: no que consiste e qual a sua importância 99
2. Por que falar da vantajosidade? 106
3. O acordo do Quinta do Lebrão 110
4. O Caso Genivaldo 115
5. A Dimensão Social do Acordo Administrativo 119

   Referências 121

5
CONSENSUALIDADE, UM "NOVO" PRINCÍPIO PARA O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR?..... 123

Vládia Pompeu Silva

Introdução 123

1. O direito administrativo sancionador no brasil: fundamentos, autonomia e crise de sistematização 125
2. A consensualidade na administração pública contemporânea: transformação do paradigma administrativo..... 128

3. A consensualidade como princípio no direito administrativo sancionador: possibilidades, limites e desafios 131
Considerações finais 135
Referências 136

6

ACORDOS ADMINISTRATIVOS: A CONTRIBUIÇÃO DA NOVA LINDB 139

Rafael Ramos

1. Considerações iniciais 139
2. O impacto da Lei 13.655/2018 (Nova LINDB) na interpretação de normas sobre gestão pública 139
3. Direito Administrativo e consensualidade 141
4. *Nudge*, Nova LINDB e acordos administrativos 144

Referências 148

7

ANPC, ACORDO DE LENIÊNCIA E TAC: A QUE SERVEM TAIS INSTRUMENTOS NO ATUAL ESPAÇO MAIS *COMPLETO* – MAS TAMBÉM MAIS *COMPLEXO* – DE CONSENSUALIDADE? 151

Alice Voronoff e Rafaela Coutinho Canetti

1. Introdução 151
2. O ANPC em quatro fases 153
3. Notas sobre consensualidade no direito administrativo 158
4. Algumas considerações sobre a disciplina do ANPC trazida pela Lei nº 14.230/2021 161
5. O ANPC: matizes entre o TAC e a leniência 165
6. Conclusão 171

Referências 172

8

O CICLO DE VIDA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA E OS LIMITES DE SUA REVISÃO 175

Rafaela Coutinho Canetti

1. Introdução 175
2. A leniência como instrumento sancionador negocial 176
3. A execução do acordo e o dever de renegociar 181
4. Os limites da renegociação 187

4.1. Critérios para a revisão dos acordos de leniência 191
5. O regime federal da revisão 196
6. Considerações finais 202
Referências 203

9

DISPUTA PELA CONSENSUALIDADE: A COMPETIÇÃO INSTITUCIONAL PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS E A NECESSIDADE DE RELEITURA DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS 207

Felipe Salathé

1. Introdução 207
2. Desenvolvimento 208
2.1. A Propedêutica da Fragmentarização dos Estados Contemporâneos e e Necessidade de Coordenação Administrativa 208
2.2. O Conflito de Competência no Direito Administrativo Sancionador e o Princípio da Independência entre as Instâncias 212
2.3. O Conflito de Competência na Resolução Consensual de Conflitos Públicos e o Fenômeno da Disputa pela Consensualidade 216
2.4. A Necessidade de Releitura do Princípio da Independência entre as Instâncias e de Recrudescer os Mecanismos de Coordenação Administrativa 221
3. Conclusões 225
Referências 226

10

CONSENSO E JURIDICIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 229

Nicola Espinheira da Costa Khoury e Fernando Antonio da Silva Falcão

1. Introdução 229
2. Da legalidade estrita à juridicidade: a evolução do princípio da legalidade no direito administrativo 231
2.1. A concepção clássica do princípio da legalidade 231
2.2. A constitucionalização do Direito Administrativo 234
2.3. A juridicidade como vinculação ao sistema jurídico e aos princípios constitucionais 236
3. Consensualidade e interesse público na Administração Pública contemporânea 240
3.1. A consensualidade como novo paradigma de atuação da Administração Pública 240
3.2. Instrumentos consensuais no Direito Administrativo Brasileiro 244

3.3. Limites jurídicos da atuação consensual do Estado 246
3.4. O consenso como expressão da juridicidade 247
4. Consenso e juridicidade no controle externo da Administração Pública..... 250
4.1. As soluções consensuais no âmbito dos Tribunais de Contas 250
4.2. Controle, transparência e segurança jurídica nas soluções consensuais na administração pública 253
5. Limites e controle das soluções consensuais à luz da juridicidade 255
6. Conclusão 258
Referências 260

11

CONSENSUALIDADE, JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O NOVO PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS 263

Dante Tomaz e Gabriela Leonardos

1. Introdução 263
2. A expansão da consensualidade como meio de resolução de conflitos envolvendo a administração pública brasileira 264
3. A jurisdição constitucional como a nova fronteira da consensualidade 270
4. O nusol e a aparente constitucionalidade do consensualismo na jurisdição constitucional brasileira 279
4.1. Noções gerais acerca do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos do STF 279
4.2. A constitucionalidade dos acordos na jurisdição constitucional brasileira: um modelo ainda em construção 284
5. Conclusão 288
Referências 290

12

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL CONSENSUAL: ACORDOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E IGUALDADE DE GÊNERO NOS CONCURSOS PÚBLICOS 293

Juliana Ribeiro Goulart

1. Introdução 293
2. A institucionalização da consensualidade no stf: o papel do nusol e a influência da Resolução 125/2010 do CNJ 295
3. Igualdade de gênero nos concursos das Polícias Militares: avanços e limites dos acordos homologados pelo STF 298

4. Prática consensual consciente: igualdade de gênero e aperfeiçoamento institucional da mediação no STF 301
5. Considerações finais 303
Referências 304

13

ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O CASO DE MARIANA (MG) 307

Ana Luiza Calil e Daniel de Oliveira Pontes

1. Introdução 307
2. A homologação judicial de acordos no processo civil brasileiro 308
3. Contexto e trajetória jurídica do caso Mariana (MG): das negociações à decisão do Supremo Tribunal Federal na Pet. nº 13.157 311
   3.1. A dimensão fática 311
   3.2. Síntese do percurso jurídico-institucional até a assinatura do Acordo de Repactuação 313
   3.3. A Petição nº 13.157/DF e a possibilidade de atuação pré-processual do STF 316
   3.4. A decisão de homologação: análise de juridicidade e razoabilidade do Acordo 321
4. Considerações Finais 325
Referências 326

14

A ATUAÇÃO CONSENSUAL DO TRIBUNAL DE CONTAS 327

Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de Alencar

1. Introdução 327
2. A consensualidade no tribunal de contas da união e a secexconsenso 328
3. A ADPF nº 1.183 e o debate sobre (in)constitucionalidade 331
4. As alterações promovidas na secexconsenso pela Instrução Normativa nº 101/2025 333
5. Alguns dados acerca dos resultados da secexconsenso 335
6. Conclusão 338
Referências 338

15

CONSENSUALIDADE NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO À SECEXCONSENSO 343

Luzardo Faria

1. Introdução 343
2. A função constitucional dos Tribunais de Contas e o ativismo de contas 344

3. O fenômeno da consensualização da atividade administrativa no Brasil 348
4. Termos de Ajustamento de Gestão: o início da consensualidade nos Tribunais de Contas 351
5. SecexConsenso: a expansão e consolidação da consensualidade nos Tribunais de Contas 353
6. ADPF 1183: a constitucionalidade da consensualidade nos Tribunais de Contas 359
Referências 365

16

PODEM OS TRIBUNAIS DE CONTAS AJUDAR A CONSTRUIR CONSENSOS? 369
Egon Bockmann Moreira

17

ADPF 1183 E SECEXCONSENSO: RISCO DE RETROCESSO INSTITUCIONAL E CAUTELAS NECESSÁRIAS 373
Rodrigo Zambão e Ana Luíza Caldas

1. ADPF 1183 e constitucionalidade da SecexConsenso 373
2. Coerência jurisprudencial que se impõe 374
3. Três cautelas necessárias 376
4. Conclusão 377
Referências 378

18

O CONSENSO NAS CONCESSÕES: UMA ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA 379
Rafael Véras

Introdução 379
1. O "consenso" no direito administrativo e o "consenso" nas concessões 380
2. Efeitos das renegociações insuladas da pressão competitiva 387
3. Parâmetros de renegociação utilizados na SecexConsenso 393
4. Proposições para o aprimoramento do regime regulatório e institucional do exercício do consenso nas concessões brasileiras 401
Referências 405

19

OTIMIZAÇÕES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS E CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA: ENTRE O TERMO ADITIVO E O ACORDO ADMINISTRATIVO DE NATUREZA CONSENSUAL-REGULATÓRIA 409

Thiago Priess Valiati e Leonardo Dalla Costa Novakovski

1. Introdução 409
2. As otimizações de concessões rodoviárias: crise contratual e resposta institucional 413
   - 2.1. A crise dos contratos de concessão e a construção institucional da solução 413
   - 2.2. O Programa de Otimização de Concessões Rodoviárias do Governo Federal 418
3. Natureza jurídica das otimizações rodoviárias: caracterização como acordo administrativo de natureza consensual-regulatória 420
4. Otimizações rodoviárias como instrumento de consensualidade administrativa: potencialidades e limites 426
5. Conclusões 430

   Referências 432

20

ESTUDO TEÓRICO E EMPÍRICO DA CONSENSUALIDADE DISCIPLINAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE 433

Daniel Martins e Avelar e Marina de Castro Firmo

1. Introdução 433
2. Análise teórica do sistema de aplicação consensual do regime disciplinar do Município de Belo Horizonte 436
   - 2.1. Mediação 436
   - 2.2. Acordos de ajustamento de conduta (TAD e SUSPAD) 439
   - 2.3. Acordo substitutivo (confissão e submissão voluntária a sanção em grau atenuado) 441
3. Análise empírica do sistema de aplicação consensual do regime disciplinar do Município de Belo Horizonte 443
   - 3.1. Aspectos metodológicos 443
   - 3.2. A dimensão quantitativa do poder disciplinar municipal 445
   - 3.3. Eficiência temporal e racionalização procedimental 448
   - 3.4. Desempenho e taxa de êxito dos instrumentos consensuais 450
4. Considerações finais 452

   Referências 453